

FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: DISCUTINDO CONCEITOS NO SERVIÇO SOCIAL E ÁREAS AFINS

CONTINUING EDUCATION AND CONTINUING EDUCATION: DISCUSSING CONCEPTS IN SOCIAL WORK AND RELATED AREAS

Cristina Kologeski FRAGA* 

Cristina Maria Pinto ALBUQUERQUE** 

Resumo: O objetivo central deste artigo consiste em verificar como estão sendo tecidas as concepções sobre a formação continuada e educação permanente no âmbito acadêmico-científico, com vistas a desvelar a formação profissional, suas implicações na empregabilidade e na função social das/os profissionais de Serviço Social. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, quanti-qualitativa e descritiva que possui como objeto as principais revistas da área de Serviço Social durante o período de 2010 a 2018. Como resultados, foram revisados dez periódicos que apresentaram publicações referente ao tema, resultando em 14 artigos analisados. A conclusão da pesquisa evidenciou que, em relação à formação continuada, entende-se que pode ser um caminho promissor para se chegar à educação permanente, fazendo-se necessária, para tal, uma postura investigativa da/o profissional.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação permanente. Formação profissional. Serviço Social.

Abstract: The main objective of this article is to verify how the conceptions about continuing education and permanent education in the academic-scientific context are being woven, with a view to unveiling professional training, its implications for employability and the social function of professionals in Social Work. The methodology is characterized as a bibliographic, quantitative-qualitative and descriptive research that has as its object the main magazines in the area of Social Work during the period from 2010 to 2018. As a result, ten journals that presented publications on the topic were reviewed, resulting in 14 analyzed articles. The conclusion of the research showed that, in relation to continuing education, it is understood that it can be a promising way to reach permanent education, making it necessary, for this, an investigative posture of the professional.

Keywords: Continuing education. Permanent Education. Professional qualification. Social Work.

Submetido em 12/05/2020.

Aceito em 04/05/2021.

*Pós Doutora em Serviço Social pela Universidade de Coimbra/Portugal, Doutora em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Serviço Social (PUCRS), Graduação em Serviço Social (PUCRS). Professora associada do Curso de Serviço Social/Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), chefe do Departamento de Serviço Social da UFSM e líder do Núcleo de Estudos, Pesquisa Extensão em Violência e Serviço Social (Nepevis) da UFSM. Endereço Profissional: Av. Roraima, 11841000 -Prédio 74B, Bairro: Camobi, Santa Maria – RS. E-mail: ckfraga@hotmail.com

**Pós-doutora em Filosofia Social e Política pela Universidade Paris Descartes, *Sorbonne Cité*, Doutora em trabalho social e política social pela Faculdade de Letras da Universidade de Fribourg (Suíça), no Domínio de Especialização *Travail Social et Politiques Sociales*, Mestrado em Política Social (Instituto Superior Bissaya Barreto) e Graduação em Serviço Social (Instituto Superior Bissaya Barreto). Atualmente é Professora auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra. Exerce atualmente a função de Vice-reitora da Universidade de Coimbra. Professora orientadora de Pós-Doutoramento. Endereço Profissional: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Rua do Colégio Novo, Apartado 6153 3001-802 Coimbra/Portugal. E-mail: crisalbuquerque@fpce.uc.pt



INTRODUÇÃO

As determinações atuais no mundo do trabalho requerem profissionais atentos/as às exigências e movimentos de um mercado competitivo e instável. Contudo, as instituições de ensino possuem como função social educar os profissionais para serem éticos, críticos e comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária, para além do aspecto da empregabilidade e das exigências mercadológicas.

Para tanto, é imprescindível um perfil profissional exigente e atento a uma qualificação constante. Com base nessas premissas, ancoraram-se inquietações que subsidiaram os insumos básicos da construção do processo de pesquisa. Ademais, foi na função de professoras assistentes sociais de universidade pública que se iniciaram indagações acerca dos conceitos de formação continuada e educação permanente no Serviço Social.

Nesse sentido, partindo de inquietudes pessoais, torna-se fundamental posicionar o conhecimento situado¹ das autoras, em outros termos, como assistentes sociais e docentes, cada uma das autoras, há quatorze e vinte e seis anos respectivamente, vem construindo a vida e compondo a história pessoal. Foi como assistentes sociais que, realmente, construíram-se, pois é uma profissão que apresenta muitos desafios, mas também encanta, apaixonou, traz retorno especial, principalmente na formação de novos colegas assistentes sociais, resultado que se encontra no lugar ocupado enquanto docentes. Na docência, é possível contribuir para a formação de novos colegas assistentes sociais e, no papel de docentes do ensino superior, é constante a preocupação com a qualidade dos serviços prestados à formação profissional.

Sendo assim, com base na experiência na docência em Serviço Social e conforme o Código de Ética do Assistente Social, voltado ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2011), atenta-se para esse compromisso que se constitui como um dos princípios fundamentais dessa categoria profissional. Assim, a defesa por uma formação profissional sólida requer considerá-la em constante atualização e aprimoramento, o que está afinada com esse princípio do Código de Ética. Além disso, a Política de Educação Permanente, do conjunto composto pelo Conselho Federal de Serviço Social – Conselho Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS), entende ser a educação permanente um instrumento político direcionado a fortalecer a formação e o exercício profissional da/o assistente social e contribuir para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro (CFESS, 2012).

Pensar a educação permanente, segundo o CFESS (2012), pressupõe afirmar o projeto profissional, o que vai ao encontro do que Albuquerque (2011) aborda acerca da legitimidade e reconhecimento profissional, alertando que não é suficiente possuir uma formação científica para ser reconhecida

¹ O conhecimento situado enquanto método, metodologia ou saber localizado permite mostrar o lugar, quer de onde se está falando, quer de onde se está escrevendo, possibilita ao/a leitor/a uma compreensão mais transparente acerca do conhecimento elaborado (GOMES, CASARIN e DUARTE, 2019). Ainda sobre conhecimento situado vale referir o artigo de Cabral, C. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu** (27), 2006, p. 63-97. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644759>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

automaticamente a capacidade de alguém para dizer ou fazer algo, no âmbito de uma profissão: “A demonstração de competências e o reconhecimento consequente é assegurado na ação e pela ação em contexto”. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 106).

Sob tais perspectivas, a revisão bibliográfica que embasou a investigação sobre a questão da formação continuada no Serviço Social pautou-se, inicialmente, pelo desafio de mapear a produção científica realizada nas principais revistas científicas brasileiras de acordo com a Capes na área de Serviço Social. Para tanto, o estudo teve como inicial inquietação o seguinte questionamento: como a formação continuada e/ou a educação permanente tem sido abordada no Serviço Social, a partir dos seus principais periódicos, no período de 2010 a 2018? Diante disso, o objetivo geral foi verificar como estavam sendo tecidas as concepções sobre a formação continuada e sobre a educação permanente no âmbito acadêmico-científico, com vistas a desvelar a formação profissional, suas implicações na empregabilidade e na função social das/os profissionais. Os objetivos específicos foram os seguintes: identificar como as produções científicas elencadas abordavam a questão conceitual sobre o tema no período pesquisado; descrever suas contribuições sobre o tema e refletir sobre as considerações aportadas nos periódicos estudados.

Em termos de estrutura, o artigo está organizado em outras três seções, incluindo esta introdução. A primeira trata dos aspectos metodológicos da pesquisa. A segunda seção apresenta os resultados coletados nos periódicos elencados no período de 2010 a 2018. A terceira seção, as considerações finais, aborda os desafios colocados a/ao profissional de Serviço Social na atualidade.

1. DESENVOLVIMENTO

Para o rastreamento da produção de conhecimento a respeito do objeto de estudo, qual seja, a formação continuada e educação permanente, optou-se por procedimentos metodológicos descritos a seguir. Para tanto, foram consideradas, como universo amostral, revistas científicas de maior repercussão no âmbito do Serviço Social, disponíveis na internet.

1.1 Aspectos Metodológicos

A elaboração desta pesquisa ou “estado da arte” ocorreu no período de março a maio de 2019 e privilegiou o período de publicação de 2010 a 2018. O método utilizado foi o exploratório-descritivo, utilizando-se para análise os seguintes descritores: “educação permanente”, “formação continuada”, “educação ao longo da vida”.

A pesquisa bibliográfica, realizada para fins deste artigo, caracteriza-se como estado da arte ou estado do conhecimento que, conforme Ferreira (2002, p. 258), possui:

[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas [...].

Nessa perspectiva, por meio do mapeamento da produção acadêmica de artigos publicados em periódicos, foi construído um inventário descritivo das fontes elencadas, caracterizando-as e realizando sua análise crítica. Além disso, a pesquisa bibliográfica “é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTO, 2007, pg.44). Caracteriza-se, ainda, por ser de caráter quanti-qualitativo, destacando a articulação entre quantidade e qualidade das informações analisadas nos artigos. Tal assertiva fundamenta-se em Prates (2012, p. 117), o qual afirma que “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados”.

Além disso, este estudo constitui-se como quantitativo em virtude de as informações coletadas terem sido obtidas por meio de um levantamento da quantidade de produções publicadas, quais sejam, total de artigos; e qualitativa porque foram realizadas análises descritivas e interpretações dos dados obtidos.

A caracterização de uma pesquisa como quanti-qualitativa ou mista, conforme Prates (2012), difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode, como deve valer-se de características de ambos, ainda que destaque um ou outro, conformando-se com outro tipo de estudo, com particularidades que emanam dos dois.

O referencial teórico e metodológico, utilizado na interpretação e análise dos dados, baseou-se na teoria social crítica de inspiração marxiana tendo como pressuposto central a compreensão da realidade, como totalidade social, síntese de múltiplas determinações.

A pesquisa foi constituída por periódicos selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: idioma em português (do Brasil ou de Portugal); publicação entre 2010 a 2018; abordagem relacionada aos descritores *formação continuada, formação contínua, educação permanente, educação continuada, educação ao longo da vida*; possuir estrato A1, A2, B1 ou B2 na tabela Qualis Capes na área de Serviço Social. Ao total, foram encontrados vinte e cinco periódicos², contudo somente dez apresentaram publicações no período, em um total de vinte e dois artigos, conforme elencado no Quadro 1:

²Além dos periódicos do Quadro 1, também foram pesquisados os seguintes: Serviço Social & Sociedade (A1); Sociologias (A1); Argumentum (Vitória) (A2); Em Pauta: Revista de formação para profissionais da Educação (A2); Em Pauta (Rio de Janeiro) (A2); Revista de Políticas Públicas da UFMA (A2); Revista Estudos Feministas (A2); Ser Social (UNB) (A2); Psicologia & Sociedade (online) (A2); História, Ciências, Saúde-Manguinhos (A2); Cadernos Pagu (A2); Lua Nova (A2); Emancipação (Ponta Grossa) (B2); Libertas (UFJF) (B2) e O Social em Questão (B2), em todas essas não se identificou nenhuma publicação ao tema, no período de 2010 a 2018.

Quadro 1: Qualis da área de Serviço Social, indicando o nome do periódico e o respectivo estrato (2010-2018)

Periódico	Estrato	Nº. de artigos voltados à temática publicados no período de 2010-2018
1. Revista Katálysis	A1	1
2. Revista de Saúde Pública (USP)	A2	1
3. Textos & Contextos (Porto Alegre)	A2	1
4. Estudos Avançados (USP)	A2	1
5. Revista Brasileira de Educação	A2	4
6. Educação & Sociedade	B1	4
7. Educação e Realidade	B1	2
8. Temporalis	B1	2
9. Serviço Social em Revista	B2	4
10. Sociedade em Debate (UCPel)	B2	2
Total de artigos encontrados		22

Fonte: sistematização das autoras, com base na Tabela qualis Capes. In: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>. Acesso em: 09 mar. 2019.

Dos 25 (vinte e cinco) periódicos pesquisados, classificados pelos qualis A1, A2, B1 e B2, da tabela qualis/capes da área de Serviço Social, somente 10 (dez) apresentaram produções relacionadas ao tema de pesquisa. Destes 10 (dez) periódicos relacionados no quadro 1, foram selecionados previamente 22 (vinte dois) artigos com o tema em estudo. O quadro 1 também evidencia os periódicos que mais publicaram o tema em questão sendo esses: a Revista Brasileira de Educação, A2 (4 artigos), com igual número à Educação e Sociedade, B1 e, especificamente, de Serviço Social, a Serviço Social em Revista, com estrato B2, também com quatro artigos publicados. Como critérios de inclusão, foram considerados os artigos publicados nos referidos periódicos durante o período de 2010 a 2018. Esse critério foi estabelecido visando atingir as publicações mais atualizadas referente à temática. Foram excluídos os artigos que não tinham como abordagem central a educação continuada ou permanente e/ou a formação continuada ou permanente.

Em síntese, os periódicos foram selecionados pelo critério de qualidade e de importância na categoria profissional e acadêmica de Serviço Social, tendo suma relevância na produção científica da área. No processo de construção da pesquisa, realizou-se a leitura inicial dos textos para reconhecer seu conteúdo e identificar os artigos que respondiam aos critérios de inclusão, conforme mencionado anteriormente.

Após selecionadas as revistas demarcadas no período estudado, para fins de levantamento de suas publicações, procedeu-se a critérios pré-estabelecidos, inicialmente pelo título, em seguida pelo resumo e, por fim, realizou-se a leitura do texto na íntegra, objetivos, metodologia, conceitos, principais achados e seleção da bibliografia. Nesse sentido, é importante ressaltar que uma das principais técnicas na pesquisa bibliográfica é a leitura (LIMA, MIOTO, 2007, p.41).

Ademais, buscou-se identificar como as categorias chaves da pesquisa – formação continuada e/ou educação permanente – estão sendo abordadas e suas nomenclaturas, bem como de que forma estão

sendo conceituadas nos artigos analisados. Importante referir também que a pesquisa utilizou da análise de conteúdo à luz dos procedimentos fundamentadas em Bardin (2016), para analisar os artigos, a partir do conteúdo total do manuscrito, isto é, da análise de sua introdução, do referencial teórico e das considerações finais ou conclusões.

Desse modo, foram desenvolvidas as três etapas essenciais no processo da análise de conteúdo, conforme explicitado a seguir. A primeira etapa, a *pré-análise*, foi a fase de organização do material de pesquisa; a segunda, a *descrição analítica*, na qual o material organizado foi submetido a um estudo aprofundado com base nos referenciais teóricos da pesquisa; e a terceira, a *interpretação referencial*, na qual os elementos da pesquisa foram relacionados às variáveis em que estavam inseridas, ou seja, como a formação profissional e sua articulação com a formação continuada e a educação permanente e, por fim, como foram abordadas nas principais revistas de Serviço Social selecionadas.

Buscou-se, nestes elementos, informações referentes à formação continuada e à educação permanente, seus conceitos, seus embasamentos teóricos e demais observações pertinentes que pudessem emergir durante o processo de pesquisa. Além disso, para facilitar as citações dos artigos, em vez de serem especificados os títulos, foram atribuídos códigos ao se referir aos textos, seguindo, para tanto, a sequência de algarismos arábicos, do Artigo 1 ao 14. A utilização dos códigos se tornou útil para uma explanação das informações e para uma análise mais dinâmica no momento da análise.

Assim sendo, os artigos selecionados foram submetidos à análise individual, em seguida, foram estudados por meio da análise comparativa, na qual foram submetidos à síntese de suas principais ideias e conceitos. Desse modo, a próxima seção abordará a formação continuada e a educação permanente a partir do estado da arte nos periódicos pesquisados.

1.2 Formação continuada ou educação permanente? O estado da arte no Serviço Social e periódicos afins

Nesta seção, será apresentada a identificação e quantificação objetiva e concreta do que foi possível coletar a partir dos artigos elencados na pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, após leitura cuidadosa dos textos relacionados nos periódicos descritos anteriormente, excluiu-se nove, por não contribuírem com a questão dos conceitos de formação continuada e educação permanente que eram um dos objetivos específicos da pesquisa. Sendo assim, foram analisados catorze artigos, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2: Rol de artigos com seus respectivos periódicos, qualis, área dos/as autores/as, objetivo principal/propósito e procedimentos metodológicos, no período de 2010 a 2018.

Artigo	Periódico/ ano	Qualis	Área dos autores	Objetivo principal/Propósito	Procedimentos metodológicos
1. A formação continuada do professor de Física	Estudos Avançados/ 2018	A2	Física	Tratar sobre a formação continuada dos professores de Física, buscando uma aprendizagem significativa e a competência profissional.	Estudo de Caso; revisão bibliográfica
2. Educação continuada: solução para o desemprego?	Educação & Sociedade/ 2011	B1	Educação	Examinar como se dá o alongamento da participação escolar dos sujeitos nos países da França e do Brasil, e se esse fenômeno se dá devido a falta de emprego para os jovens recém-formados.	Survey
3. Educação permanente e serviço social: apontamentos sobre a formação profissional	Temporalis2 016	B1	Serviço Social	Analisar a Educação Permanente no serviço social a partir da Política de Educação Permanente do CFESS- CRESS	Pesquisa bibliográfica e documental
4. Educação permanente em saúde: metassíntese	Revista Saúde Pública/ 2014	A2	Saúde	Realizar metassíntese da literatura sobre os principais conceitos e práticas relacionados à educação permanente em saúde.	Pesquisa bibliográfica
5. Epistemologia da Auto-Organização na Educação Não Formal Permanente em Comunidades	Textos & Contextos/ 2014	A2	Filosofia e Psicologia	Compreender a educação não formal e como é realizada pelos projetos Programa de Apoio Socioeducativo e Associação dos Educadores Populares.	Análise bibliográfica e documental
6. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social	Katálysis/ 2012	A1	Serviço Social	Refletir sobre a formação profissional continuada crítica no campo do exercício profissional de Serviço Social.	Pesquisa documental e bibliográfica
7. Serviço Social e educação permanente: interface entre preceptoria e formação em saúde	Temporalis/ 2018	B1	Serviço Social Odontologia	Compreender, sob a ótica dos assistentes sociais preceptores, como o PRMO do INCA tem contribuído para o processo de formação e educação permanente dos assistentes sociais.	Pesquisa quantitativa inspirada no materialismo histórico-dialético
8. Formação Continuada em Escolas de Tempo Integral: narrativas de professoras	Educação & Realidade/ 2016	B1	Educação	Tratar a escola como um local para a formação continuada, trazendo recortes de políticas e da trajetória de professores de tempo integral.	Abordagem teórico-metodológica baseada na pesquisa narrativa (auto) biográfica
9. Busca autônoma por educação	Serviço Social em	B2	Serviço Social	Refletir acerca da educação permanente como meio de aprimoramento intelectual, na	Pesquisa qualitativa, história oral, entrevista

permanente e consolidação da identidade profissional crítica	Revista/ 2015			perspectiva da competência profissional e da consolidação da identidade profissional crítica do assistente social.	semiestruturada, triangulação como procedimento analítico à interpretação.
10. Formação continuada e pós-graduação: introito retrospectivo do Serviço Social	Serviço Social em Revista/ 2012	B2	Serviço Social	Contribuir para que as discussões em torno da formação continuada e conseqüentemente do exercício profissional constituam-se como centro das discussões.	Análise bibliográfica, materializada na produção qualitativa e exploratória, respaldada na Teoria Social Crítica.
11 Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social	Serviço Social em Revista/ 2017	B2	Serviço Social	Sistematizar experiências de pesquisa, ensino e intervenção das autoras em processos de educação permanente com trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.	Sistematização de conteúdos advindos dos estudos sobre participação social em políticas públicas.
12. O regresso de licenciados ao ensino superior: entre a inserção profissional e a educação ao longo da vida	Revista Brasileira de Educação/ 2016	A2	Educação	Debater em que medida a participação em formação pós-graduada pode ser entendida na atualidade como uma estratégia de inserção profissional.	Survey
13. Processos de Educação Permanente nas situações de trabalho no SUAS	Sociedade em Debate/ 2017	B2	Serviço Social	Discutir as situações de trabalho que caracterizam as experiências de aprendizagens vivenciadas no Sistema Único de Assistência Social.	Pesquisa quantitativa e qualitativa, perspectiva dialética.
14. Educação continuada e seus reflexos na qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais	Sociedade em Debate/ 2014	B2	Serviço Social	Evidenciar, refletir e discutir em que medida a educação continuada repercute na qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população, por parte dos profissionais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social e nas Organizações Sociais.	Pesquisa qualitativa, história oral, entrevista semiestruturada

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2019).

O quadro evidencia que os títulos dos artigos, ora utilizam a expressão *formação/educação continuada* (em seis títulos) e, de maneira um pouco mais recorrente, *educação permanente* (sete títulos). Também é empregada a expressão *educação ao longo da vida* em apenas um dos títulos. Além disso, a maioria é de Serviço Social (oito artigos), mas também foram selecionados periódicos afins, como área de Educação e Saúde, que publicaram artigos da Física e da Filosofia, totalizando seis artigos de áreas externas ao Serviço Social.

Quanto aos procedimentos metodológicos, são variados, com predomínio para a pesquisa bibliográfica, documental do tipo quanti-qualitativa; também se faz presente o estudo de caso, *survey*,

pesquisa narrativa, (auto) biográfica, qualitativa com o uso da história oral, e triangulação e sistematização de conteúdos advindos dos estudos especializados. Observou-se, ainda, uma preocupação dos/das autores/as de Serviço Social com o embasamento teórico-metodológico calcado na Teoria Social Crítica, em consonância ao projeto ético-político³ da categoria de assistentes sociais brasileiros/as.

Quanto ao ano de publicação, constata-se que, em 2010, os periódicos tiveram zero publicação relacionada à temática; em 2011, apenas um; em 2012, dois; em 2013, zero publicação; em 2015, apenas uma; em 2016, subiu para três; em 2017, dois e, em 2018, dois artigos publicados. Depreende-se que, após 2012, com a instituição da Política de Educação Permanente do CFESS-CRESS, foi incentivado, por meio desse instrumento, que os/as pesquisadores estudassem e investigassem o tema, tendo em vista que há um acréscimo de publicações no Serviço Social a partir de 2014, quando, então, a Política de Educação Permanente começou a ser mais divulgada e evidenciada nos debates da categoria.

Dito isso, na sequência, passar-se-á à discussão dos artigos, não de maneira linear, mas trazendo similaridades nas abordagens e, também, diferenciações, principalmente no que diz respeito às conceituações de formação continuada, educação permanente e educação ao longo da vida. Para facilitar as citações dos artigos, em vez de serem citados os títulos, foram atribuídos códigos ao se referir aos textos, seguindo para tanto, a sequência de algarismos arábicos, do Artigo 1 ao 14.

Com base na síntese realizada sobre cada artigo selecionado, ressalta-se que, no Artigo 1, Pacca e Villani (2018, p. 61) tecem uma retrospectiva histórica acerca dos projetos de ensino para a formação continuada, na qual enfatizam, no processo, o professor de Física, salientando que a Formação Continuada pode ser “[...] compreendida como uma atualização e aperfeiçoamento”. Nessa mesma linha, Marcondes, Barbosa e Brisola (2012, p. 217) discorrem, no Artigo 10, que: “a formação continuada instrumentaliza o assistente social na tarefa de sistematização da realidade social, sendo justamente tal sistematização o contributo para um agir mais seguro e mais propenso a emitir respostas mais adequadas aos dilemas impostos”. No artigo 14, a educação continuada também é relacionada à qualidade da intervenção realizada (MARCONDES; BRISOLA, 2014).

No Artigo 8, as autoras partem de uma concepção de que “a formação continuada consiste em um conjunto de propostas que visam ao prosseguimento da formação ao longo da vida e da trajetória docente” (BRAGANÇA; PEREZ, 2016, p. 1164). Nessa perspectiva, a formação continuada aponta para um conjunto amplo de ações que tem como intencionalidade a construção/reconstrução de saberes-práticas pelos profissionais, nesse caso, direcionado aos docentes, contudo pode ser estendida aos profissionais das diferentes áreas. Quando essa formação é oferecida de forma institucional e dentro do horário de trabalho, assume a denominação específica de formação em serviço.

³ O projeto ético-político (PEP) possui como pilares básicos o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais/ Resolução CFESS nº273/93 de 13 de março de 1993 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993), a Lei de Regulamentação da profissão/ Lei nº 8.662/9, de 7 de junho de 1993 e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, esse último pilar possui como nortes básicos expressos nos documentos: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996; DIRETRIZES..., 1997.

No Artigo 2, Mattos e Bianchetti (2011, p. 1167) questionam: que fatores ajudam a entender o adiamento da inserção de jovens no mundo do trabalho? O que explica recém-graduados continuarem seus estudos em outros cursos (graduação ou pós) ou, ainda, retornarem à universidade? Seria a educação continuada uma saída para o desemprego? Logo adiante, no mesmo artigo, defendem que “é necessário destacar que a educação é apenas a resposta de uma necessidade social, construída historicamente” (MATTOS; BIANCHETTI, 2011, p. 1170).

Os mesmos autores também elucidam que “[...] somente por meio da apreensão histórica é possível compreender a educação continuada na atualidade e ao mesmo tempo delimitar o nosso objeto de estudo, isto é, a precarização das condições de inserção e manutenção dos trabalhadores no mundo do trabalho” (MATTOS; BIANCHETTI, 2011, p. 1171). Concluem o texto respondendo à questão lançada no título, se seria a educação continuada solução para o desemprego:

[...] o alongamento da escolarização dos mestrados pesquisados em relação as gerações precedentes, embora se constitua como estratégia para enfrentar o desemprego, não propicia garantias sobre o futuro profissional, no que concerne a natureza do posto de trabalho, nem tampouco a inserção e manutenção no mundo do trabalho (MATTOS; BIANCHETTI, 2011, p. 1180).

Em que pese o alongamento da escolarização ou a educação continuada se constitui como estratégia de enfrentamento ao desemprego, mas não garante o futuro profissional no trabalho, sem essa, talvez as possibilidades de trabalhadores se inserirem e se manterem nos postos de trabalho possam se tornar ainda mais remotas.

No Artigo 6, Cartaxo, Manfroi e Santos (2012) realizam uma reflexão sobre a formação profissional continuada crítica no campo do exercício profissional de Serviço Social. Abordam criticamente a utilização do termo, tendo como referência autores da área de educação:

Ao se falar de formação continuada, remete-se, necessariamente, à relação entre teoria e prática, à articulação entre universidade e sociedade e à relação entre a produção acadêmica e o exercício profissional dos assistentes sociais. (CARTAXO; MANFROI; SANTOS, 2012, p. 240).

Cartaxo, Manfroi e Santos (2012, p. 242) explicam que, na literatura pesquisada, há, principalmente na área de Educação, as denominações: educação permanente, capacitação continuada ou formação continuada: “a opção pela denominação última dá-se pela relação com a formação inicial, sendo a continuada uma exigência imperativa e indissolúvel da primeira”.

Ao se valer de Salles (2004), as mesmas autoras explicam que não se pode compreender a formação continuada – distinção também à formação continuada em serviço – apenas como uma reciclagem, ou um treinamento ou aperfeiçoamento, uma vez que:

[...] há uma tendência de se pensar a formação continuada centrada em transmissão de saberes, enquanto a formação continuada em serviço como aquela com origem e

realização na própria prática. Neste aspecto, o conhecimento é tratado de forma dicotômica, denominado de razão técnica e razão prática. A primeira razão parte da teoria para a ação, enquanto a segunda parte da ação para a teoria (CARTAXO; MANFROI; SANTOS, 2012, p. 243).

As autoras ainda observam que, naquele período, na literatura pesquisada, na área de Serviço Social, não foi encontrada produção significativa sobre a formação continuada voltada aos profissionais que se encontravam na prática nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

No que tange à educação permanente, o conceito é percebido pelas autoras do artigo 3 como sendo:

Na contramão da lógica capitalística de formação, a Política de Educação Permanente elaborada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) junto aos estudantes e a categoria constitui-se uma estratégia possível de resistência na atual conjuntura em defesa de uma proposta de formação e qualificação profissional crítica e contínua dos/as assistentes sociais”. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 135).

As autoras afirmam que a educação permanente é uma estratégia possível para se pensar uma formação crítica, não desconsiderando os desafios postos à sua materialização, sejam nos diversos conceitos antagônicos dos termos e sentidos atribuídos na produção do conhecimento, sejam nas circunstâncias sócio históricas das transformações do mundo do trabalho e educação, e as condições objetivas e subjetivas da formação e o exercício profissional.

No Artigo 4, as autoras abordam a Educação Permanente em Saúde (EPS): “a EPS construída como instrumento para transformar o profissional de saúde em um profundo conhecedor da sua realidade local”. (MICCAS; BATISTA, 2014, p. 171). Trata-se de concepções que abrangem a prática transformadora e problematizadora, bem como a relação com a educação continuada e educação ao longo da vida. Tais conceitos são baseados nas políticas públicas e nas mudanças históricas da maneira de lidar e reconhecer a educação profissional de adultos em serviço.

Leal, Nogueira e Lima (2018), no artigo 7, seguem a Política Nacional de Educação Permanente do SUS, instituída pela Portaria 198/2004 e endossada na Portaria de Consolidação nº2/2017, que tem como conceito norteador a aprendizagem por meio do trabalho. Além disso, consoante à Política de Educação Permanente do CFESS/CRESS:

No âmbito do Serviço Social, a Política de Educação Permanente do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) de 2012 objetiva direcionar uma formação profissional para além da qualificação e atualização, sendo um processo, portanto, de reflexão do cotidiano, da realidade social de forma crítica e propositiva, na perspectiva da transformação social. (LEAL; NOGUEIRA; LIMA, 2018, p. 383).

As mesmas autoras enfatizam que, de modo geral, tanto a Política Nacional de Educação Permanente do SUS quanto a Política de Educação Permanente do CFESS/CRESS orientam uma formação crítica, comprometida com a qualificação dos serviços prestados aos usuários da saúde. (LEAL; NOGUEIRA; LIMA, 2018).

No ponto de vista de Marcondes, Brisola e Chamon (2015a), no Artigo 9, a educação permanente é vista como meio de aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional e da consolidação da identidade profissional crítica do assistente social, emerge como necessidade no atual contexto histórico, no qual o dinamismo societário caminha apressadamente. Os resultados socializados no Artigo 9, da pesquisa de Marcondes, Brisola e Chamon (2015a), apontam que a totalidade dos entrevistados é unânime em afirmar que a qualificação continuada é de suma importância para a consolidação da identidade profissional crítica, potencialização das competências e das atribuições privativas dos assistentes sociais, contribuindo, assim, para a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão, além de repercutir positivamente no alcance da qualidade dos serviços prestados.

No Artigo 11, Ferreira e Torres (2017) tratam a educação permanente como uma ferramenta de gestão do trabalho no SUAS que visa desfechar reflexões e mudanças nos processos de trabalho. Defendem, assim, que os processos de educação permanente não são mera transmissão de conteúdo, pois:

Processos de educação permanente são, essencialmente, oportunidades para desenvolver o pensamento reflexivo sobre problemas reais que marcam nossa experiência no enfrentamento das desigualdades sociais. (FERREIRA; TORRES, 2017, p. 218).

No Artigo 13, Fernandes (2017) não aborda diretamente o conceito de educação permanente, mas traz pistas interessantes em como esta pode ser construída coletivamente no âmbito do SUAS: “[...] é preciso investir em processos formativos junto a todos os sujeitos envolvidos na execução dessa política, para a defesa de sua efetiva operacionalização”. (FERNANDES, 2017, p. 122).

Fernandes alerta ainda que, no Brasil, uma das estratégias adotadas para consolidação do SUAS é considerar a educação permanente como uma proposta pedagógica de formação dos trabalhadores da política, assim como de todos incluídos nesse processo.

No Artigo 5, a educação permanente é analisada em um mundo em constante e frenética mudança, direciona-se para a autonomia do educando e, em especial, à sua capacidade de transferência de conhecimento:

A educação passa então (pelo menos, ao nível dos especialistas) a ser considerada de índole global e permanente, ocorrendo em todas as faixas etárias, indo para além, pois, das instituições, programas e métodos que foram impostos à educação escolar ao longo dos séculos. (FAURE, 1981 apud OLIVEIRA; LIMA, 2014, p. 174).

As autoras ainda discorrem sobre a educação permanente em comunidade pela qual entendem que exige capacidade de mobilização e de planejamento pelos sujeitos emancipados: “Trata-se de um processo ininterrupto, que envolve empoderamento comunitário precedido do psicológico (individual)” (OLIVEIRA; LIMA, 2014, p. 174).

Conforme Oliveira e Lima (2014, p. 174), a expressão “educação ao longo da vida” tem vindo para substituir a de “aprendizagem ao longo da vida”, vinculada à dimensão economicista da Conferência de

Hamburgo, anteriormente mencionada. Nessa linha, Alves (2016, p. 103), no Artigo 12, ao tomar como análise o caso português, debate:

[..] em que medida a participação em formação pós-graduada pode ser entendida na atualidade como uma estratégia de inserção profissional. Esse debate é particularmente relevante tendo em conta a expressiva valorização da educação ao longo da vida nas sociedades contemporâneas, a qual significa que os indivíduos tendem a procurar cada vez mais frequentemente oportunidades educativas de diferentes tipos em várias idades.

A autora ainda explana que “na contemporaneidade, a ideia de que a educação se circunscreve aos primeiros anos de vida dos indivíduos tende a tornar-se obsoleta, pois um grande número de sujeitos envolve-se crescentemente em contextos e oportunidades educativas ao longo de sua vida” (ALVES, 2016, p. 104).

Diante do exposto nos resultados da pesquisa bibliográfica realizada, faz-se necessária uma interlocução com a produção na área de Serviço Social referente à temática voltada a um estudo de caráter bibliográfico. A isso, convém destacar que o artigo de Marcondes, Brisola e Chamon (2015b), intitulado “O Estado da Arte na Ambiência da Internet: Como está a produção sobre Educação Permanente do Assistente Social?”, constitui-se de uma produção oriunda de um levantamento e análise da publicação a respeito da educação permanente dos assistentes sociais, elaborada a partir de uma investigação realizada dentro do universo amostral representado pelo Banco de Dados de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), independente do ano de publicação do trabalho produzido. Para complementar o rastreamento da produção de conhecimento a respeito da educação permanente do assistente social, as autoras delimitaram como amostra, revistas científicas de maior repercussão no âmbito do Serviço Social, disponíveis na internet, focando, exclusivamente, o período que compreende os anos de 2007 ao primeiro semestre do ano 2012. As autoras ressaltam que os resultados alcançados permitem afirmar que

[...] são escassos os estudos sobre a educação permanente do assistente social. Chama a atenção o fato de, no período de 1974 a 2011, evidenciarem-se, no cenário da produção do conhecimento, apenas duas dissertações de mestrado defendidas sobre a temática, indicando que poucas pesquisas articulam-se em torno desse objeto de pesquisa. (MARCONDES; BRISOLA; CHAMON, 2015b, p. 60-70).

Ainda referente ao mesmo estudo de Marcondes, Brisola e Chamon (2015b), realizado em veículos de publicação de artigos, quais sejam: revista *Em Pauta*, *Emancipação*, *Katálisis*, *Libertas*, *O Social em Questão*, *Praia Vermelha*, *Ser Social*, *Serviço Social & Realidade*, *Serviço Social em Revista*, *Serviço Social & Saúde*, *Sociedade em Debate*, *Temporalis*, *Textos e Contextos* e *Políticas Públicas*, constataram que:

A análise, proveniente da literatura pesquisada nos Periódicos Eletrônicos do Serviço Social, reforça o entendimento de que a temática educação permanente do assistente social ainda não foi assumida pela categoria profissional, de forma que pudesse despertar o interesse pela produção de estudos na área. Portanto, poucos são os artigos elaborados, muito embora a abordagem do assunto, realizada pelos autores citados, traga à tona

contribuições significativas para o debate que se propõe a realizar entre a condição assalariada e a educação permanente do assistente social. (MARCONDES; BRISOLA; CHAMON, 2015b, p. 74).

Embora a pesquisa bibliográfica realizada e que dá subsídios a este artigo tenha tido o propósito de elucidar conceitos acerca da formação continuada e da educação permanente, dentro do período de 2010 a 2018, também possibilitou dimensionar, nos periódicos estudados, as publicações relacionadas ao tema e, nesse sentido, vão ao encontro da pesquisa realizada por Marcondes, Brisola e Chamon (2015b), no sentido de que ainda são escassas, mesmo que seu teor possa trazer contribuições importantes ao Serviço Social.

Quanto à conceituação, para fins deste artigo, consideram-se ações de formação continuada, com base em Pinto, Barreiro e Silveira (2010), como sendo: congressos, seminários, simpósios, colóquios, encontros, jornadas, ciclos de falas, palestras, grupos de pesquisa, grupos de estudos, grupos de formação, projetos de pesquisa, oficinas, cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento sobre um conteúdo específico e/ou questões relacionadas ao Serviço Social efetuados na universidade e em outros espaços. Além dessas ações pontuais, são considerados os cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e processos permanentes realizados na universidade, com encontros regulares. Cada proposta, de acordo com suas características, propicia o atendimento a diferentes necessidades e interesses das/os profissionais, podendo contribuir como suporte importante à atuação da/o assistente social e ao seu desenvolvimento profissional.

A educação permanente, conforme a Política de Educação Permanente do Conselho Federal de Serviço Social, ultrapassa a formação direcionada à qualificação profissional e se compõe em instrumento para: “[...] construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política. Dessa forma, é necessário reconhecê-la também como instrumento fundamental de luta política e ideológica” (CFESS, 2012, p. 15.16).

Em síntese, a essência dos artigos estudados remete a pensar o quanto o debate sobre a formação continuada e a educação permanente é atual e pertinente na contemporaneidade em todas as profissões, em virtude das rápidas e ininterruptas mudanças e dos desafios vivenciados cotidianamente pelos/as profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção final são retomados os fios tecidos ao longo do texto que entrelaçam concepções sobre formação/educação continuada, educação/formação permanente expressos nas produções estudadas. Lendo cada um dos artigos selecionados, adentrou-se na essência dos seus enunciados.

Poder-se-ia, para tanto, ter-se optado por uma pesquisa bibliográfica visando o estado da arte restrita aos artigos da área Serviço Social. Isso proporcionaria um inventário sobre o que os periódicos com produções da área publicaram de 2010 a 2018. Contudo, teve-se a preocupação mais alargada sobre o tema, pautando-se periódicos de outras áreas, para que esses também pudessem subsidiar o debate acerca da

compreensão do tema, uma vez que, em relação à formação continuada e à educação permanente, buscou-se ampliar a compreensão acerca destes conceitos e retomá-los ao Serviço Social, que é o lugar de fala das autoras. Na verdade, não foram constatadas diferenças de fundo no modo como em diferentes disciplinas, distintas do serviço social, os objetivos reconhecidos como estando inerentes à educação/ formação continuada. Todos os artigos analisados salientam, como elemento transversal, a necessidade de atualizar e aprofundar conhecimentos para um exercício profissional mais crítico e pertinente à realidade em mutação.

Em relação à clarificação dos conceitos trabalhados nos artigos, constatou-se que as áreas os discutem de forma diversificada. Toma-se como exemplos a educação, a saúde e o Serviço Social, que os colocam em patamares diferenciados, ou seja, não trazem a discussão dos conceitos como um eixo relevante no artigo. Por vezes, nem mesmo abordam diretamente o conceito, optando por socializar experiências e, assim, evidenciam situações práticas.

Dentre as áreas com ações voltadas à educação continuada ou permanente, tiveram destaque a educação e a saúde. Na saúde, é utilizada a terminologia “educação permanente” para as ações voltadas à qualificação dos profissionais, como na Política Nacional de Formação Permanente em Saúde. Na educação, percebeu-se denominações como educação permanente, capacitação continuada ou formação continuada. A opção pela denominação última, se dá pela relação com a formação inicial, sendo a continuada uma exigência imperativa e indissolúvel da primeira (CARTAXO, MANFROI E SANTOS, 2012).

No Serviço Social, a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, é um marco de uma elaboração coletiva por essa categoria profissional. Conforme Nascimento e Oliveira (2016), a educação permanente defendida pela profissão aporta-se na perspectiva social crítica e nos princípios fundamentais éticos que preconizam a formação e o exercício profissional, os quais, além de constituírem-se enquanto instrumentos legais e formais, imprimem a direção da categoria profissional e, portanto, reafirmam seu projeto ético-político construído coletivamente nas últimas décadas.

Quanto à formação continuada, entende-se que é um caminho importante a ser trilhado para se chegar à educação permanente. Portanto, a ideia está para além de diferenciá-las, trata-se de percebê-las como importantes, pois ambas lançam a/o profissional à busca do aprendizado. A ideia fundamental centra-se na capacitação do profissional para a reflexividade permanente no modo como constrói a sua prática, no cotidiano e para além dele. Só uma educação consistente e revisitada pode preparar cada vez melhor para a não aplicação mecanizada de técnicas, processos de avaliação e programas, sem a respetiva reflexão ética e política em termos da sua adequação ou não aos contextos reais, bem como sobre as implicações que comportam para usuários e territórios. No fundo, a educação e formação permanentes (ou contínuas) são as bases para a construção pessoal e social de um profissional reflexivo e não de um mero técnico executor, acrítico e desimplicado.

Nesta concepção, a educação permanente associa-se a uma perspectiva de ensino problematizadora e a uma aprendizagem dotada de sentido. Isto significa que é uma “aprendizagem viva”, que não se dissocia das experiências e vivências concretas do profissional e das especificidades dos contextos, colocando em

cada momento o desafio e o desejo de aprender mais. A formação, como um meio para essa aprendizagem crítica e reflexiva, deve assim estar imbuída no próprio cotidiano e nas organizações. Isso significa que não é uma mera responsabilidade ética de cada profissional, mas uma exigência que se coloca aos próprios contextos profissionais, responsáveis pela formação de profissionais éticos, científicos e socialmente responsáveis, conscientes e potenciadores de sociedades mais justas e inclusivas. Essa reflexão remete a outra mais ampla (e que escapa aos objetivos do presente artigo) sobre o que é ensinado e como, sobre o que é refletido e integrado e sobre o que é adequado ou inadequado sob o enfoque da justiça social, ou seja, sobre os valores associados à profissão e à conjugação entre uma ética da responsabilidade e uma ética de convicções.

Em acréscimo, aliado à importância da educação permanente, faz-se necessária uma postura investigativa da/o profissional de Serviço Social, pois o atual Código de Ética do Assistente Social prevê como um dos seus onze princípios fundamentais a questão do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional. Além disso, pensando nos espaços de formação acadêmica, acredita-se que um dos desafios postos à universidade, na atualidade, é a difusão da informação e sensibilização acerca da importância da educação permanente aos profissionais que estão em processo de constante aprendizado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. P. Legitimidade e reconhecimento da prática de Serviço Social: abordagem construtivista. **Serviço Social Revista**. Londrina, v. 13, n.2, Jan./Jan. 2011. p. 104-118. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/9496/9113>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

ALVES, M. G. O regresso de licenciados ao ensino superior: entre a inserção profissional e a educação ao longo da vida. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 64, p.101-120, Jan./Mar., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782016000100101&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRAGANÇA, I. F. S.; PEREZ, J. G. M. Formação Continuada em Escolas de Tempo Integral: narrativas de professoras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.4, p.1161-1182, Out./Dez., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362016000401161&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CABRAL, C. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu** (27), 2006, p. 63-97. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644759>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARTAXO, A. M. B.; MANFROI, V. M.; SANTOS, M. T. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 239-253, Dez., 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000200010>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília-DF: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética profissional dos assistentes sociais**. 9. Ed. rev. e atual. Brasília/DF: CFESS, 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR- CAPES. **Periódicos WebQualis – Área: Serviço Social**. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FERNANDES, R. M. C. Processos de educação permanente nas situações de trabalho no suas. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 121 - 147, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175060>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, ano 23, n. 79, p.257 – 272, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FERREIRA, S.; TORRES, A. Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.20, n.1, p.215-232, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/32216-152774-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GOMES, M. S.; CASARIN, Q. E.; DUARTE, G. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico. **Revista CS**, n. 29, p.47-72, 2019. Disponível em: <https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/3186>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LEAL, J. H. M.; NOGUEIRA, A. C. C.; LIMA, F. L. T. Serviço Social e educação permanente: interface entre preceptoria e formação em saúde. **Temporalis**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 379-396, jan., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/20786>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARCONDES, N. A. V.; BARBOSA, J. A.; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Formação continuada e pós-graduação: introito retrospectivo do Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.14, n.2, p.214-235, Jan./Jun., 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/13030/11645>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A.; CHAMON, E. M. Q. O. Formação continuada e pós-graduação: introito retrospectivo do Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.14, n.2, p.214-235, Jan./Jun., 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/13030/11645>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A.; CHAMON, E. M. Q. O. Busca autônoma por educação permanente e consolidação da identidade profissional crítica. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.17,

n.2, p.187-208, Jan./Jun., 2015a. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16728/17693>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A.; CHAMON, E. M. Q. O. O Estado da Arte na Ambiência da Internet: Como está a produção sobre Educação Permanente do Assistente Social? **Revista Univap**, São José dos Campos/SP, v. 21, n. 37, jul. 2015b. p. 65-79. Disponível em:

<<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/281>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Educação continuada e seus reflexos na qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais. **Sociedade em Debate**, 20(1): 92-121, 2014. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/795/0>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MATTOS, V. B.; BIANCHETTI, L. Educação continuada: solução para o desemprego? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.32, n.117, p.1167-1184, Out./Dez., 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MICCAS, F. L.; BATISTA, S. H. S. S. Educação permanente em saúde: metassíntese. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.48, n.1, p.170-185, 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102014000100170&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 abr. 2019.

NASCIMENTO, C. C. S.; OLIVEIRA, C. M. de. Educação permanente e serviço social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 31, p. 133-166, Fev. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

OLIVEIRA, C. C.; LIMA, L. M. P. Epistemologia da Auto-Organização na Educação Não Formal Permanente em Comunidades. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 170-183, Jan./Jun., 2014. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16980/1176>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

PACCA, J. L. A.; VILLANI, A. A formação continuada do professor de Física. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.32, n.94, pp. 57-71, Set./Dez. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000300057>. Acesso em: 04 abr. 2019.

PINTO, C. L. L.; BARREIRO, C. B. B.; SILVEIRA, D. do N. Formação Continuada de professores:

Ampliando a compreensão acerca deste conceito. **Revista Thema**, p.1-14, 2010. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/19/19>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116- 128, jan./jul. 2012. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11647>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Contribuições dos autores

Cristina Kologeski Fraga: participou da proposição, elaboração e redação do artigo; coleta de dados da pesquisa bibliográfica; análise dos resultados; revisão final do texto.

Cristina Maria Pinto de Albuquerque: Participou da redação; colaborou na fundamentação teórica, orientação e avaliação dos procedimentos metodológicos; análise de dados; contribuiu de maneira significativa na estruturação e na revisão final do texto.
